

Pragmatismo e política

A vitória de Sancho Pança*

Roberto Amaral**

** *Ex-ministro da Ciência e Tecnologia, é professor da PUC-Rio, ensaísta e cientista político, autor, entre outros livros, de O papel do intelectual na política e Socialismo: vida, morte e ressurreição (este, com Antônio Houaiss).*

“Cada vez que, em nossa própria vida, nos recusamos a uma saída, porque sabemos que o nosso ato não terá força sobre as condições externas e assim não poderá remover obstáculos opostos ao nosso intento, estamos agindo contra o espírito de D. Quixote”.

San Tiago Dantas

Com o concurso da violência e da traição, Agátocles tomou o governo de Siracusa e nele se manteve. Bom Príncipe. Também graças à violência e à traição, Oliverto conquistou o principado de Fermo, mas só se manteve no poder por um ano, derrubado e assassinado por César Bórgia, a quem não soube derrotar. Mau Príncipe.

* O autor agradece as contribuições de seus colegas Antônio Carlos Peixoto, Eduardo Diatahy B. de Menezes, F.J. Amaral Vieira, Manuel Domingos (que acompanhou a elaboração deste texto desde suas primeiras linhas), Nilson Lemos Lage, Pedro Amaral e Valton Leitão. Por óbvio, todas as deficiências sobreviventes são de sua exclusiva responsabilidade.

Artigo

Roberto Amaral

Os termos *bom* e *mau* podem ser substituídos por *competente* e *incompetente*. A competência é medida pela capacidade do Príncipe de fazer efetivo o poder, de conservá-lo. Não se questionam – não são objeto de juízo de valor – os meios de aquisição e conservação do poder. Importa saber, tão-só, se foi mantido ou não.

Distanciando-se dos que o precederam, Maquiavel rompe com as classificações ético-valorativas dos regimes e formas de governo, para tratar da política fenomenologicamente, ou seja, *tal qual é* : a política *malgré elle-même*. Ao fazer da prática uma teoria, deixou de construir um quadro de idéias. Liberta a política da teologia e da moral, volta-se para a leitura da história real; substitui o *dever ser* pela compreensão *do que é*, assim como é.

A obra de Maquiavel, fruto do conhecimento da Itália na qual pretende intervir como agente de modificações, tem objetivo preciso, a saber, revelar ao Príncipe os modos e meios de conduzir um povo à sua unificação. Move-lhe o que no século XX um patrício seu grafará como a *grande política* : as questões maiores (fundação de novos Estados, sua unificação e administração), a luta pelo poder, a defesa ou transformação de estruturas orgânicas econômicas e sociais.

Para o fundador da ciência política, há, simplesmente, principados e repúblicas que se conquistam e que se perdem, principados e repúblicas que se conservam e principados e repúblicas que não sobrevivem. Essa conservação é também a promessa de um bem, conforme dizia Aristóteles e percebeu Maquiavel, que pioneiramente acenou com a construção da utopia italiana, conforme se lê no último capítulo de *O príncipe*.

O elemento distintivo, portanto, é a efetividade do poder, a serviço da qual precisa estar voltado o melhor engenho do Príncipe. A providência divina é substituída pela *fortuna*, ou seja, pelas condições exteriores, pelas circunstâncias e pelo destino, e a melhor qualidade do Príncipe é a *virtù*, isto é, a eficiência, sem consideração dos meios, embora o bom príncipe seja aquele que sabe situar-se diante do imponderável, jamais deixando de ser portador de esperança: deve ser amado e temido pelo que encerra de promessas, porque o principado não pode ser conservado apenas pela força. A

fortuna, autônoma em face da vontade do indivíduo, oferece o momento propício para a ação. O homem de *virtù* é aquele que sabe identificar a ocasião correta para intervir com êxito. Príncipe *virtuoso* é aquele que sabe conquistar e conservar o poder.

Se o fim da política é a conservação do poder – e não mais a realização do *bem comum* – o fim do poder é ele mesmo. Fim e auto-justificativa. Estes são os efeitos práticos da versão que Maquiavel propõe para o poder. Dela derivada é a especificidade da política, sua autonomia conceptual, a existência de um *corpus* doutrinário próprio e de uma axiologia própria. A ética da política, pois, estaria estreitamente vinculada ao exercício do poder, isto é, vinculada à sua efetividade. O poder é. Trata-se de razão prática, testada *a priori*, medida pelos resultados.

II

Como proscrever o oportunismo, se se admite que a essência da *realpolitik* é a efetivação (e ampliação) do poder?

A isto chamo de o conflito entre Sancho Pança e o Cavaleiro da Triste Figura, o voluntarioso vencido pelo oportunismo do aprendiz de escudeiro, pobre incréu apegado à realidade material, avesso aos sonhos e às utopias.

Qual o objetivo do Quixote? Mudar o mundo para melhor. Não vem à balha que mundo novo é esse imaginado em seus devaneios; não interessa se o herói sem vitória realizará ou não seu sonho, muito menos importa saber se esse mundo sonhado é possível. O relevante é a crença na mudança e a certeza de que o homem pode intervir, transformando a ficção em realidade.

A característica do espírito quixotiano é a rebeldia. A fé na liberdade (que implica escolha) e na capacidade de ação do homem, a busca de uma indefinida ‘justiça distributiva’, a crítica à sua sociedade, o combate quase anarquista (*avant la lettre*) à autoridade e às leis, aos usos e costumes estabelecidos, a aposta na força da vontade do indivíduo. Quixote revela uma concepção de liberdade individual que torna questionável toda manifestação de poder. Daí simbolizar, também, um humanismo desobrigado de êxito.

Artigo

Roberto Amaral

Que diremos, porém, de seu fiel escudeiro senão que se trata de um oportunista, sem convicções a guardar, um realista fascinado pela perspectiva representada pela governança da *ínsula* prometida pelo amo?

Quixote é o paroxismo da intervenção; Sancho, a apatia. Quixote não é só delírio, é também esperança. Sancho é a eficácia, o terra-a-terra. Insistentemente lembrará ao fidalgo que os moinhos de vento são apenas moinhos de vento; acredita que ganhará a ilha, mas, astuto, duvida do cavaleiro quando a promessa se transforma na oferta de um reino.

III

Na política que está mais para o oportunismo do escudeiro simplório e pedestre do que para a fantasia do cavaleiro anacrônico o valor é determinado pela equação custo-benefício e a ação é condicionada pelo império das circunstâncias, que tudo absolve e justifica, inclusive a orfandade dos princípios.

O pragmatismo determina a renúncia às utopias. Do primado da eficácia decorre o automatismo da política do possível sobre o desejo e a necessidade. O reino da objetividade é o aqui e agora.

O voluntarismo do herói cervantino, a obsessão individualista de

intervir na realidade, antecipa a discussão contemporânea do papel do homem na história. Porque o determinismo mecanicista e o pragmatismo na política (no sentido de submissão ao império das circunstâncias) anulam a escolha. E se não há escolha, não há intervenção, seja a intervenção individual, seja a intervenção coletiva da humanidade.

Vê-se o fazer político dominado por uma praxis que consagra o poder pelo poder, como meio e como fim. Não se diz que os fins justificam os meios: simplesmente os meios se transformam em fins.

Mas há escolha, sempre, e nela está presente o fator subjetivo. Dizia Lênin que o elemento determinante da revolução era o fato de os de cima não poderem continuar como estavam, e os de baixo não poderiam e não *quererem*. Em diversas experiências históricas quem estava em cima continuou do mesmo jeito. E os de baixo só começaram a não mais *querer* porque alguém lhes disse que não mais quisessem. Alguém é, no caso, um ente coletivo dotado de vontade, que age, um sujeito histórico; não se curva à correlação de forças, mas nela intervéem para alargar suas possibilidades de participação. Engels, em carta a Plékhanov, já havia lembrado que é o próprio homem que faz a sua história, mas que a faz sob diversas condicionantes, uma só das quais é a econômica. Diz isso para lembrar a interferência de condições políticas e ideológicas. Gramsci refere-se à vontade como consciência e protagonista da necessidade histórica, atravessada pelas contradições sociais. Antes de todos, Maquiavel destacou a ação livre do homem transformando a história, ao lado da interferência do acaso e do irracional. Moisés, Ciro, Rômulo e Teseu são exemplos dos que foram Príncipes pelo seu valor e não por boa sorte. César Bórgia adquiriu o Estado com a *fortuna* do pai, e sem esta o perdeu, embora agisse com competência. O Rei Luís, afagado pela fortuna, perdeu a Lombardia porque lhe faltou *virtù*. Que é a *virtù* maquiaveliana senão o encontro do conhecimento da realidade com a vontade (armada de competência) de querer transformá-la?

Tomemos livremente as palavras de Bernstein, e não o sentido de sua sentença reatualizada pela política de nossos dias: *o movimento é tudo, o objetivo é nada*. A conquista do poder é tudo, o quê fazer, é nada; a conservação do poder é tudo, o programa é nada.

Posto que o movimento é tudo, ele é, também, o objetivo final; o mais, o resto, é nada. Tática e estratégia se fundem.

Vê-se, portanto, o fazer político dominado por uma *praxis* que consagra o poder pelo poder, como meio e como fim. Não se diz que os fins justificam os meios: simplesmente os meios (a conquista do poder e sua conservação) se transformam em fins.

Aceite esse princípio, tudo o mais estará legitimado. O poder que se explica por si mesmo constrói uma nova axiologia, pela qual o

Artigo

Roberto Amaral

fundamental é sua conservação, projeto tão precioso que pode justificar a ausência de objetivo, ou a transformação do meio em fim. Tudo o que se fizer estará justificado, porquanto o novo Príncipe está armado dessas imunidades éticas. Os meios, quaisquer, estão justificados pelos fins, e não há fim mais legítimo do que a conquista e conservação do poder. Ganhar para mudar (leia-se, realização de um objetivo) transforma-se em mudar (leia-se, aceitar quaisquer meios) para governar.

Daí a apropriação fundamentalista do Estado, mesmo em regimes não-autoritários e republicanos. Desaparecem a dúvida e o pensar, substituídos pelo puro agir. O objetivo do mandato parlamentar, eis um exemplo, passa a ser sua renovação, e o governante passa a governar simplesmente para continuar governando. A *governabilidade* e a continuidade, transformadas em fins em si, se auto-justificam e justificam os meios empregados pelos governantes para realizá-las. É a política reduzida às táticas, a política como técnica; é, nas palavras de Gramsci, a *pequena política*, a administração passiva do cotidiano em prejuízo das propostas estratégicas, a política do dia-a-dia, dos corredores, das intrigas, das negociações, do tráfico de influência, dos truques e das tramóias.

Voltemos a Berstein. Digamos, agora: *a causa é tudo, o resto é nada*. A Causa é o fim justificador dos meios, se esses meios são eficientes para a realização daqueles fins. A política deixa de ter um quadro axiológico próprio e são construídos dois mundos éticos não-comunicantes: o mundo ético derivado e contribuinte da Causa, e o mundo ético dos outros. É o que nos diz antigo sociólogo feito Príncipe em República sereníssima. Citando Max Weber, ditou a existência de duas éticas, a ética do governante e a ética comum, dos indivíduos, e mais do que isso afirmou ainda que o governante não pode estar subordinado à ética do senso-comum, porque há uma ética do chefe-de-Estado e uma ética, distinta, dos indivíduos, uma ética própria das religiões, uma ética própria do poder econômico-financeiro, uma ética própria dos Partidos etc.

Para manter o poder, muitas vezes o Príncipe age contra sua palavra, seus escritos, seus compromissos, que logo exortará os súditos a esquecer, como o Príncipe intelectual pede que esqueçam o que

escreveu quando era sociólogo. Ele próprio esquecerá suas promessas, valer-se-á da astúcia e da simulação para governar. Porque, diz ele, o Príncipe não pode observar todos os preceitos de que são súditos os homens considerados apenas bons, o comum dos homens. Das suas ações, o importante é o êxito. Por isso os meios que empregar serão adequados, se levarem ao bom êxito.

A Causa, que reduz tudo o mais a nada, pode ser a derrota do adversário e pode ser a unidade nacional: Maquiavel exortou a casa dos Médicis a eleger o Príncipe *virtuoso* que faria da Itália uma nação unificada. Era a sua utopia. A Causa pode ser um interesse de classe ou a emancipação política, pode ser a Revolução social, ou pode ser o Partido, ou o ‘Mercado’, com suas idiossincrasias, sua ciclotimia, seus caprichos; pode ser a simples reprodução do poder do soberano. Depende do tamanho da alma do Príncipe.

Se o novo Príncipe é um ser ungido, por si e pela Causa, e por haver sido ungido está acima do bem e do mal, também acima do bem e do mal se entenderá o Partido do Príncipe, porque ambos terão sido sagrados por uma Causa que está acima do bem e do mal, pois, dirá o Príncipe, trata-se da Causa dos trabalhadores, ou do País. E como esse fim é o melhor possível para o povo (assim decidiu o Príncipe), o que se fizer para alcançar tal meta estará auto-justificado. Eis como o fim da política passa a ser a permanência do Príncipe e do seu Partido político no poder, pela simples razão de o Partido haver deixado de ser

mero instrumento da realização de um projeto de governo, para transformar-se no próprio projeto. E por que o Partido do Príncipe estaria acima do bem e do mal? Porque, sendo o Partido do Príncipe, se auto-outorgou a categoria de vanguarda do povo, em nome de cujos interesses tudo está sendo feito

Se o novo Príncipe é um ser ungido, por si e pela Causa, e por haver sido ungido está acima do bem e do mal, também acima do bem e do mal se entenderá o Partido do Príncipe.

Artigo

Roberto Amaral

e tudo pode ser feito. Mas o Partido também tem sua própria vanguarda, ou estamento ou *nomenklatura*, que deve comandá-lo porque é igualmente a representação dos interesses do povo; o que essa (nova) *classe* dirigente tiver feito em benefício do Partido (ou para conservar o comando partidário), terá feito em benefício final do povo, o que vale como absolvição plena de quaisquer erros ou vícios.

Originária do proletariado, essa nova classe dirigente pode adquirir hábitos e valores pequeno-burgueses; moralista, pode defender alianças políticas que negam seu projeto político, e, para conquistar o poder, conservá-lo ou ampliá-lo, sente-se mesmo autorizada a ceder à corrupção; de esquerda, pode, eventualmente no governo, assumir o programa da direita; progressista, pode assimilar a política conservadora; mudancista e reformista, pode governar a continuidade. E considerar-se-á, sempre, auto-absolvida pela Causa. Esta Causa, porém, para o governante, é a só *governabilidade*, e para o Partido do Príncipe, é a simples auto-reprodução dos quadros dirigentes.

O novo Príncipe, narciso, coloca-se como detentor da verdade absoluta, que lhe faculta a posse de uma ética privada; seus atos estão previamente justificados, porque o move a certeza de estarem a serviço da transformação social que só existe na própria mente tomada desse delírio. O dirigente pragmático, sinceramente, não compreende que seus atos possam ser acusados de anéticos ou amorais, que sua conduta seja questionada socialmente, porque, no delírio, perde as referências que definem uma e outra coisa. Essas referências, que vêm do mundo exterior, são substituídas por seu próprio quadro de valores, uma super-ética que, como pesado manto

de veludo, encobre e sufoca princípios e justifica seus atos, porque essa é sua finalidade. Nele, saber e poder se confundem, reescrevendo o *cogito* cartesiano: *posso, logo sei*.

A tragédia é que esse Príncipe não consegue enxergar qualquer política além dos malabarismos para manter o

***Caminhamos
pela segunda aléia do
cemitério dos princípios.
Agora se foram os
sonhos, as utopias.***

poder, transformando-o em algo que se explica por si mesmo; é a preeminência do dia-a-dia, do cotidiano, do imediato. E muitas vezes o poder, Pigmaleão moderno, é que esculpe o Príncipe. Daí as transformações aparentemente incompreensíveis, as mudanças de hábitos, de costumes, de posturas, de *práxis*, de idéias, de programas. Não é mais o Príncipe que muda o poder.

Caminhamos pela segunda aléia do cemitério dos princípios. Agora se foram os sonhos, as utopias. A primeira perda deu-se com a vitória do pragmatismo sobre o desejo e a necessidade.

Talvez seja possível, a esta altura, concertar todas essas hipóteses em dois modelos ou situações. No primeiro caso, temos o poder pelo poder, sem meios que justifiquem as ações do Príncipe. É um jogo de pura efetividade, todo voltado para a manutenção do poder. Nesse modelo, o horizonte do projeto não vai além do campo visual do Príncipe. Já no segundo caso, a grandeza da Causa justifica a ruptura do padrão ético, pois a Causa é, em si mesma, ética. Ou, dito de outra forma: a Causa encerra toda a ética da política. Mas quem mede a grandeza da Causa, portanto sua ética justificadora, é o próprio Príncipe...

IV

Por duas vezes Getúlio Vargas exerceu a presidência da República. Esses dois períodos, distintos entre si pela forma de conquista e conservação do poder, teriam, como elemento unificador, um projeto de nação. Haveria uma Causa como alma e corpo do governo: a emancipação do país por intermédio da modernização do Estado, único caminho para a industrialização e o desenvolvimento, a industrialização como garantidora do desenvolvimento, o desenvolvimento como *conditio sine qua non* para a emancipação, e pela introdução de um novo paradigma cultural, caracterizado por uma vontade nacional. O liberalismo revelara-se incapaz de promover o desenvolvimento e a democracia só parece ter sentido se amarrada a objetivos nacionais.

Em outras palavras: o varguismo teria uma Causa imperativa. Pela primeira vez, entre nós, a política se colocava nestes termos.

Artigo

Roberto Amaral

Após exercer vários mandatos eletivos e disputar pela primeira vez, perdendo, as eleições presidenciais, Vargas lidera um movimento civil-militar auto-intitulado de *revolução*, e, com a força das armas, destitui o poder legalmente constituído, revoga a ordem constitucional, e assume as funções legiferantes. Assim governaria por quatro anos, quando, após esmagar uma insurreição que pretensamente reivindicava a reconstitucionalização do país, cede às pressões da sociedade e convoca uma assembléia nacional, a qual aprova nova Constituição e, em seguida, transforma o ditador em presidente para um mandato de quatro anos. O novo regime, constitucional e democrático, conhece a emergência de movimento político essencialmente nacionalista e antiimperialista, simbolizado na Aliança Nacional Libertadora, que Vargas mandaria fechar para em seguida esmagar um levante militar liderado pelos comunistas. Os quatro anos da democracia prometida se transformam em três anos e quatro meses incompletos, porque o Presidente, antecipando-se ao seu Ministro da Guerra, faz-se ditador, decreta outra vez o fim do regime constitucional e anuncia uma nova era que denomina de 'Estado Novo'. Fecha o Congresso que convocara e cuja eleição presidira (e, ainda, que o elegera Presidente), edita nova Constituição, autoritária, destitui os governadores e nomeia interventores, governa por intermédio de decretos-lei e submete o país a rígida censura.

Pragmatismo, realismo e sonho. Nesses valores estariam a virtú varguista, para quem a revolução e o processo eleitoral democrático são, simplesmente, meios de aquisição do poder.

O regime antidemocrático e anticomunista enfrenta e esmaga um *putsch* integralista e anticomunista. As liberdades individuais são suprimidas, os partidos políticos dissolvidos, os adversários do regime submetidos a prisão, tortura e exílio; o Judiciário posto sob controle. A autonomia dos estados-membros é substituída pela asfixia unitarista, anulando o pac-

to federativo. Paradigmaticamente, são queimadas as bandeiras dos Estados. O regime tem duas pernas de apoio. Uma são as Forças Armadas, outra um pacto social envolvendo a burguesia industrial, o operariado e a emergente classe média. Unindo-as, o projeto nacional-industrialista. Oito anos passados, alteradas as circunstâncias, Vargas é deposto por um golpe-de-Estado chefiado pelo seu Ministro da Guerra, o mesmo que comandara militarmente o golpe anterior. A ditadura tornara-se anacrônica em face das lufadas democráticas sopradas pela derrota militar do nazi-fascismo.

A redemocratização implicou a convocação de eleições, a elaboração de nova Carta, a eleição de um presidente pelo voto direto. Elege-se o candidato apoiado pelo ex-ditador e ele mesmo é consagrado pelo voto popular, candidato nas mesmas eleições a vários postos eletivos em vários Estados.

Tornar-se-á, o ex-ditador, no novo regime, eleito senador da República, disciplinado servidor das regras constitucionais e da democracia representativa, cujo fundamento é o voto. Participa da criação do Partido Social Democrático, majoritário, à sua direita, e funda o Partido Trabalhista Brasileiro, à sua esquerda.

Em 1951 retorna à Presidência, alçado pela manifestação de quase 49% do eleitorado. No governo, associa a proposta de um programa reformista, mantida a saga nacionalista e industrialista, com rigoroso respeito à ordem democrática. O que não o livrou, porém, da arregimentação oposicionista de cunho liberal e moralista. A grande imprensa – os jornais, revistas, o rádio e a nascente televisão – move-lhe incansável combate, e a crise política, fragilizando-o, terminaria por preparar sua deposição, levada a cabo pelos militares, com apoio das correntes políticas conservadoras e da classe-média.

Pela segunda vez, alteradas as circunstâncias, não teve forças para controlar o curso dos acontecimentos, e, assim, não lhe foi dado conservar o poder que soubera conquistar.

Amado pelo povo, deixara de ser temido pelos adversários; acusado seu governo de corrupto, descobriu-se ele, pessoalmente probo, traído pelos auxiliares mais próximos. Declarou-se esmagado por um ‘mar de lama’ que correria pelos porões do Palácio. Enfren-

Artigo

Roberto Amaral

ta a iminência de um novo golpe-de-Estado com o suicídio na madrugada-manhã de 24 de agosto de 1954. Despede-se com vigoroso libelo em defesa do nacionalismo.

Pragmatismo, realismo e sonho. Nesses valores estariam a *virtù* varguista, para quem a revolução e o processo eleitoral democrático, tanto quanto o golpe de Estado, são, simplesmente, meios de aquisição do poder, e, simplesmente meios, servidores da Causa (ou fim) comum, a emancipação do País, fonte única da legitimação ética. Dessa mesma Causa decorre a legitimação dos meios empregados para a conservação e ampliação do poder, que, como vimos, tanto podem ser a ditadura quanto a democracia representativa.

V

Se a política não pode apartar-se do pragmatismo, do realismo e da eficácia, de que decorre a efetividade, ela não pode ser apenas isso, pois seria, tão-só, a *pequena política*. Há, também, a *grande política*, que implica sonho, quimera, esperança, irresignação. Essa é, fundamentalmente, uma utopia, pois um dos fins da política é a promessa de transformar em realidade a ficção do revolucionário, que não pode desistir e não desanima, embora o sonho, como a linha do horizonte, dele se afaste quanto mais caminha em sua direção. O desafio é fazer o encontro e o entendimento entre o escudeiro e o engenhoso fidalgo cavaleiresco, personagens que, aliás, se completam. Não conseguimos pensar em Quixote sem Sancho, e vice-versa, leituras burlescas do pragmatismo e do sonho, do imediatismo e do ideal.

A complementaridade dos protagonistas cervantinos reafirma a ambivalência humana. O encontro do Quixote com o Sancho é imprescindível. Sancho sem Quixote jamais sairia do seu vilarejo, da sua circunstância mais que medíocre, e pereceria por ali mesmo vitimado por sua ignorância. Quixote sem Pança, entregue aos próprios delírios, dificilmente sobreviveria ao primeiro embate.

Sancho, isolado, é a vertente grotesca, mesquinha e anã do realismo. Aqui simboliza o pragmatismo político em todas as suas limitações. Cervantes, fazendo da ação quixotesca um delírio sem base

no real, foi mais cruel com o escudeiro, caricaturando-o como o símbolo de realismo rasteiro, sem Causa, fim em si mesmo. Os realistas vitoriosos agem e conquistam porque também sonham, transmitem sonhos e criam a esperança de realização desses sonhos. O Príncipe maquiaveliano, misto de *virtù* e *fortuna*, intervém no mundo, age de acordo com a realidade objetiva, tem os pés na terra, mas, igualmente, fita o aparentemente impossível, vale-se de engenho e arte para realizar sua utopia; ou seja, é realista e sonhador. Realista quando se depara com os problemas da vida concreta, ou quando engendra soluções para problemas que ainda não se apresentaram. Sonhador quando aspira ao poder, quando vê para além do horizonte ou de seu tempo: enxerga o que os outros não conseguem ver, realizando o que seus contemporâneos consideram inconcebível. Que seria unificar a Itália do século XVI senão uma utopia? Lênin, revolucionário vitorioso e homem de Estado, é bom exemplo do encontro do realismo com o sonho. Soube sonhar a revolução – intervir na realidade para fazer o novo nascer –, e soube conquistar e conservar o poder. De Vargas não se pode dizer tratar-se, apenas, de um realista, porque foi aquele realista que perseguiu o sonho de construção de um novo Estado. *Che*, foi apenas sonho. Rejeitou *ínsulas* e reinos, rejeitou o poder como fim da política e foi procurar sentido na busca permanente de uma Dulcinéia inalcançável, e quanto mais inatingível mais desejada. Ao contrário do Quixote, que conheceu em casa o último leito, morreria solitário, na solitária luta contra Moinhos de Vento reais, *desaforados gigantes* reais e dragões reais. Quando não lhe foi mais possível nem sustentar o sonho nem conservar o poder, Vargas optou por sair de cena.

Há o sonho-delírio que faz o Príncipe ignorar a realidade, construir seu mundo artificial e nele viver. Há um realismo que é pura sujeição às circunstâncias, a mera passividade em face do império dos fatos: o ator não pensa, não age, não reage, curva-se ao que lhe parece ser a sua realidade. No oposto dessa mediocridade, Quixote se supera. O sonho o impele, o empurra, e o real baliza sua conduta no jogo político, sem obrigá-lo a respeitar cegamente os limites que lhe são impostos, pois, o tempo todo, procura alargá-los.

Artigo

Roberto Amaral

O pragmatismo e o oportunismo, o realismo dos medíocres, dos 'sensatos', mesmo associados, não são garantia do bom êxito. A vitória não sorriu para o realismo colaboracionista de Pierre Laval, mas para os *maquis* que se entregaram à resistência insana.

É possível o encontro, no mesmo Príncipe, do sonho e do realismo? O revolucionário vitorioso é aquele que reúne essas duas categorias. Ele sonha, e para realizar seu sonho, desbasta o que encontra em seu caminho, sejam guerreiros, sejam moinhos de vento, reais ou imaginários. E os vence a todos. Mas, ao mesmo tempo, a realidade, isto é, a exata medida da correlação de forças, é a base de sua atuação política. O bom Príncipe moderno, já nos foi dito, é aquele que concilia o pessimismo da inteligência com o otimismo da vontade.

Sem a fantasia de que é possível mudar o mundo, a política não merece ser feita. Mas ela, sempre, precisa ser feita, porque o novo não está assegurado. Os avanços sociais não decorrem nem de um determinismo mecanicista, nem de qualquer sorte de fatalismo, ou exercício divino; eles dependem da intervenção do homem (portanto, de sua vontade); cabe ao homem construir o mundo e construir-se nele, definindo seu futuro.

VI

O Marquês de Pombal, cujo despotismo sem limites foi posto – com êxito – inteiramente a serviço do projeto de modernização de Portugal, a Causa de sua vida, conheceu como poucos estadistas os meandros do poder que dominou com força e maestria inexecutáveis. Dominou a Corte e a nobreza portuguesas e destronou os poderosos jesuítas. Poderosíssimo e ferocíssimo – poucos como ele tanto exacerbaram a hipertrofia do poder pessoal –, conhecia a adulação e a falsa lisonja de que foi alvo e não ignorava a queda dos monarcas pelos bajuladores, ele que tanto soubera cativar a estima de D. José. Com tal autoridade aconselhou seu sobrinho Joaquim de Melo e Povoas, que fizera governador do Maranhão, a não seguir o exemplo do rei Acab, que só ouvia os profetas que lhe prediziam os bons fados e afastava de si os que ousavam vaticinar o que não desejava ouvir. Dizia para o sobrinho tratar como inimigos os adutores,

deles se apartando como quem evita o pior inimigo, como quem foge do veneno mortal. Parecia antever seu próprio fim, isolado na Corte, decaído pelas tricas e futricas palacianas, pelo jogo da pequena política que tece e destece, que tanto leva ao poder o político ardiloso quanto o faz conhecer o degredo.

O poder também consome.

Não diz a história se o sobrinho levou em conta o conselho do tio.

VII

Todo Príncipe tem inimigos. Esses inimigos ele elege quando escolhe com quem e para quem governar. Quando se faz defensor dos camponeses, atrai a fúria dos fazendeiros; quando opta pelos empresários, conquista a animosidade dos trabalhadores. Outras vezes, ao tentar atender igualmente aos interesses de gregos e de troianos, termina perdendo a estima de ambos. Esse inimigo pode ser uma das várias frações do grande capital ou os grandes proprietários. O inimigo pode estar dentro ou fora dos muros da cidade. Pode ser um adversário externo, o que, em regra, leva à unidade dos súditos em torno do seu líder, esquecendo disputas domésticas. Todo Príncipe deseja um inimigo assim, pois essa é a melhor arma de que dispõe para conservar o poder. Muitas vezes, esse inimigo precisa ser inventado para poder garantir a coesão interna. Se esse é o bom adversário, o pior é o que está dentro de casa, faz parte do governo, freqüenta os palácios ou integra as fileiras do exército. Sun Tzu, muitos séculos antes de Mazarini, Pombal e Maquiavel ensinou que, sem harmonia no Estado, não adianta ter exército; sem harmonia no exército não pode haver formação de batalha. Harmonia não é apenas a paz interna, mas também a eleição do objetivo comum, aquele que torna secundários todos os demais projetos. As tropas formando um corpo unido impedem que os bravos avancem sozinhos e que os covardes abandonem a luta.

*Todo Príncipe
tem inimigos. Esses
inimigos ele elege
quando escolhe com quem
e para quem governar.*

Artigo

Roberto Amaral

Getúlio Vargas afagou as classes empresariais e com elas também terçou armas; afagou os trabalhadores e por eles foi amado. Mas quando a fortuna se voltou contra si, não lhe foi possível enfrentá-la, pois emergiu a dissensão em sua retaguarda: traído dentro do palácio, sem controle sobre as ações criminosas praticadas em seu nome, viu, finalmente, que não contava com seus ministros; estavam muitos deles entre os que negociavam sua renúncia. Os militares, ao invés de defenderem o mandato constitucional de seu comandante, conspiravam contra o Presidente, e seu Partido não foi capaz de protegê-lo contra os ataques inimigos. De nada lhe valeu a base trabalhista, que não soube utilizar em defesa de seu mandato. Ao contrário, as massas populares e o moralismo da classe-média, assustada com o ‘mar de lama’, foram mobilizados contra Vargas, no oportunístico encontro de seus adversários ideológicos, de direita, com a extrema esquerda de então, que também lhe fez oposição.

Outro Príncipe, também em seu tempo amado pelo povo, mas sem despertar o temor dos poderosos, se esqueceu da importância da escolha de seus conselheiros. Não conhecia o axioma de Mazarin: numa comunidade de interesses, há perigo logo que um membro se torna demasiado poderoso. Também não conhecia a advertência de Pombal e quase tardiamente descobriu que estava cercado de áulicos. Não terá sido caso único. Muitos Príncipes se perdem pela má escolha dos conselheiros, pois são daqueles que se inebriam com a lisonja falsa, e se molestam com as advertências dos que lhes indicam os erros.

O inimigo do Príncipe pode ser interesses de classe contrariados, pode ser um Gabinete desunido, pode ser um ministro todo-poderoso concorrendo com o poder, pode ser um chefe de Guarda Pessoal, e pode ser, também, o próprio Partido do Príncipe. O Partido o trai não apenas quando lhe falta com o apoio no Parlamento, ou lhe nega o voto nas eleições. Também o trai quando adota práticas, hábitos e costumes ilegais, ilegítimos ou anéticos. Mas o Partido se nega principalmente quando descumpre os compromissos de campanha e adota como seus o programa e as condutas que combateu para ganhar as eleições. Também o Partido pode ter seu inimigo

interno, quando, por exemplo, sua direção não está à altura de re-
alizar seu programa, quando não tem condições de compreender o
desafio histórico (ou, quando, por vontade própria, ou atendendo
a interesse de classe, resolve mover-se noutra direção) e, assim,
sucumbe ao pragmatismo rasteiro que abole os sonhos e os com-
promissos estratégicos.

O Partido trai o Príncipe quando renuncia à *grande política* e se
entrega à *pequena política*.

VIII

A grandeza do Príncipe é medida pela sua capacidade de vencer as
dificuldades e superar a oposição que lhe é movida. Grande Prínci-
pe, lembra Maquiavel, é aquele que está à altura do desafio a que
se candidata; censurável é aquele que, sem dispor das forças neces-
sárias, enfrenta desafio que não pode alcançar. Não basta ter o de-
sejo de conquista. É preciso ter competência, *virtù* e *fortuna* para
conquistar seu objeto de desejo.

O reino das circunstâncias não é suficiente, *per se*, para determinar
o curso dos fatos. Há o acaso e, relevantíssimo, o papel do indiví-
duo na história. Cabe ao homem intervir, mudar o rumo das cir-
cunstâncias, alterar a correlação de forças em benefício de seu
projeto de mundo, mundo que se modifica e história que se altera
a todo transe. Se o talento de alguns atores pode ser decisivo para
a modificação das circunstâncias, há casos, porém, em que o Prínci-
pe não está à altura do desafio. Vezes outras, o desafio da realiza-
ção da ‘esperança de um bem’ é maior que a possibilidade de
liderança do Príncipe. Se, por acaso, lhe sobra *fortuna*, pode falar-
lhe *virtù*. Sem a proteção das circunstâncias, as qualidades pessoais
se apagam; mas, sem qualidades pessoais, *virtù*, a ocasião favorável
tornar-se-á inútil. Não consegue fazer-se temido pelos poderosos e
perde a simpatia que despertou nos súditos. Nessas ocasiões vence
Sancho Pança, porque, visão curta, sua única possibilidade de so-
brevivência é como simulacro. Mais simples, mais prático, menos
arriscado — o pragmático ou realista detesta o risco — será aliar-se
ao império das circunstâncias. Podendo não ganhar, garante-se de
que jamais perderá.

IX

Há casos, porém, em que o Partido se autonomiza em face do Príncipe e confunde sua administração doméstica com a administração e os fins do Estado; constrói sua própria ‘classe dominante’, a saber, a burocracia dirigente, a qual se confunde com a burocracia estatal, porque Partido, Estado e governo estão reduzidos à mesma entidade. Autonomizando-se em face do Príncipe, chega a autonomizar-se em face dos interesses de classe originários, e, contradição em termos, deixa de representar interesses concretos na sociedade, para representar, pura e simplesmente, a possibilidade de conservação da governança, sem condicionantes finalísticas, sem subordinação a objetivos. Sancho Pança quer a sua *ínsola*, relembramos; pragmático, não alimenta o sonho do reino prometido pelo cavaleiro.

Toda vez que o político cede ao pragmatismo e reduz seus projetos ao meramente factível; toda vez que encerra a política nos limites do curto prazo, isto é, toda vez que abandona ‘a esperança de um bem’; toda vez que o político rejeita o sonho, recusa o desconhecido, teme a aventura, prende-se a certezas, repudia a dúvida e espanca a utopia; toda vez que o governante renuncia a objetivos programáticos, e se entrega ao aqui e agora; toda vez que, ao invés de ganhar para mudar, prefere mudar para poder ganhar, toda vez que isso ocorre, ocorre a vitória de Sancho Pança sobre o Quixote. É a derrota da política.

Príncipe é quem exerce o poder sobre as coisas e os súditos. Em princípio, é o governante, seja o monarca ou o presidente, derive esse poder da herança, da eleição ou da conquista pela força, não importa. O Príncipe, porém, não é, tão-só, ou sempre, o governante, pois é possível ao governante ocupar a chefia do governo e no entanto não enfeixar o poder; ou, dele não podendo conservar o monopólio, ser obrigado a compartilhá-lo com outras forças. Neste caso temos um poder difuso e a sobrevivência do governante dependerá ou do equilíbrio das forças ou do fato de, dentre todas as frações de poder, representar a força hegemônica, diante da qual, todavia, não conserva autonomia. Quando o equilíbrio se desfaz

ou a hegemonia é substituída por outra correlação de forças, o governante é substituído. Assim, se um governante é defenestrado, as circunstâncias já terão gestado o sucessor, pois não há nem vazio de poder, nem concomitância de Príncipes.

O Príncipe não precisa representar, *conditio sine qua non*, toda a classe dominante; seu poder pode ser o fruto de uma correlação de forças dominante, ou a força hegemônica dentre todas do mesmo bloco. Pode, da mesma forma, resultar de uma aliança de forças dominantes com segmentos das classes subalternas. Não se trata de uma *concordata*, posto que não há a composição de interesses de classes em conflito. Trata-se da assimilação, pela retórica da classe dominante, de reivindicações não essenciais das classes subalternas, as quais, continuando subalternas, passam, todavia, a ver no Príncipe o pai protetor.

O Príncipe moderno, ocidental, é, cada vez mais, um *coletivo*. Trata-se, maiormente, de condomínio de interesses representante das diversas facções da coalizão de classes dominante. Essa coalizão compreende luta dentre as diversas facções em busca da hegemonia interna, donde a sucessão temporal de facções líderes, sem prejuízo do império do interesse de classe que detém a hegemonia dos interesses do condomínio. Assim, sem que se altere a natureza do Estado, e mesmo sem que se mude o governante, pode haver a alternância de predomínio de interesses de facções pertencentes ao mesmo bloco de interesses dominantes; e, ainda assim, alterando-se o *conduttore*, não se altera nem o governo nem a natureza do mando. Por essa razão não é raro o governante deixar de governar segundo seus interesses, ou seja, segundo os interesses que representa, para governar governado pelos interesses dominantes, dos quais deriva o mando.

Mais uma vez a vitória da ‘pequena política’.

Eis por que a luta dos que estão de fora do bloco dominante se opera também dentro do coletivo, ocupando as fímbrias de poder e aprofundando as contradições internas. Esta luta já foi batizada como *guerra de posições*.

Em regra, os interesses do bloco dominante são representados por um Partido ou um Coalizão de Partidos. O papel de ambos é fazer

Artigo

Roberto Amaral

com que os interesses de uma classe particular se transformem nos interesses de toda a sociedade. Na primeira hipótese, temos o partido único *stricto sensu*, e, no segundo caso, temos vários partidos representando o mesmo interesse de classe. Alguns sistemas admitem, de par com os partidos os quais, com variáveis personalísticas, representam o mesmo interesse de classe, a existência de outros partidos os quais podem representar os interesses das classes subalternas, sem, no entanto, serem nem revolucionários, nem muito menos hegemônicos. Por isso há a hipótese, não rara, de aliança *pragmática* entre partidos com interesses em conflito. O governo do novo Príncipe refletirá essa contradição.

Por todas essas razões, a alternância de partidos não representa, necessariamente, a alternância de mando, e as alianças não se fazem em função de um projeto de poder, mas de governo. É o aqui e o agora substituindo projetos de transformação e mudança. Vence o espírito de Sancho Pança. ■

Bibliografia

- BERNSTEIN, Eduard. *Socialisme theorique et social-d•mocratie pratique*. Editions P.V. Stock. Paris. 1900.
- CERVANTES, Miguel de. *El Ingenioso Hidalgo Don Quixote*. De la Mancha. Ediciones Castilla, S.A. , Madri. S.d.
- DANTAS, San Thiago. *Don Quixote, um apólogo da alma ocidental*. Tempo Brasileiro. Rio de Janeiro.1964.
- GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*. Civilização Brasileira. Rio de Janeiro.2004.
- MAQUIAVEL, Nicolau. *O príncipe*. São Paulo. Abril Cultural.1993
- MAZARIN, Cardeal. *Breviário dos políticos*. Editora 34. São Paulo. 1997.
- SARTRE, Jean-Paul. *Crítica da razão dialética*. DP&A editora. Rio de Janeiro. 2002.
- SUN-TZU. *A arte da guerra*. Editora Record. Rio de Janeiro. 1993.
- Vários. *Conselhos aos governantes (Col. Clássicos da Política)*. Ed. Senado Federal. Brasília. 1998.

Pragmatismo e política – A vitória de Sancho Pança

Roberto Amaral

Resumo

A partir de argumentos e citações de autores clássicos, principalmente das teses de base d'O Príncipe, analisadas tanto em relação ao seu quadro enunciatório – a Itália do século XV –, quanto em relação à atualidade, o alvo do trabalho é destacar que o fundamento objetivo da política não prescinde de um quadro de valores, seu dado subjetivo, humano, ético, logo susceptível de empolgar as multidões. Ontem, hoje, aqui ou lá, sempre a Utopia. Assim, não obstante a ênfase com que Maquiavel insiste na dimensão pragmática da política, na necessidade de o Príncipe superar a moral, na confluência de meios e fins, o poder tendo por fundamento a manutenção do poder, cumpre reconhecer – o autor insiste – o objetivo d'O Príncipe é utópico, a unificação da Itália, que não se realizará senão aos fins do século XIX. Tendo exemplos com as disjuntivas entre D. Quixote e Sancho Pança, de Cervantes, ou entre o conceito de a Grande Política e a Pequena Política, de Gramsci, o quadro argumentativo do autor nos encaminha para uma melhor compreensão da conjuntura política brasileira, reflexo de uma onda mundial de pragmatismo absoluto, que nega e renega a possibilidade de atribuição de qualquer fim à política, senão os prescritos pela manutenção do poder pelo poder, vale dizer, pelo mercado.

Palavras-chave:

Vargas – Ética – Maquiavel – Pragmatismo – Poder – Utopia

Abstract

By bringing in arguments and quotations from many classical authors, mainly from Machiavelli's Il principe, all of them analysed against their own enunciation context but also in function of the present moment, this article aims at demonstrating that the basic targets of politics should not leave out its subjective components – human and ethical ends, capable of inducing enthusiasm into the crowds. In this way, no matter Machiavelli's insistence on the pragmatic side of politics, on the Prince's necessity of surpassing long established moral values so to confuse means and ends and be able to see power as an end in itself, the objective of Il principe remains an utopian one – the unification of Italy, then a distant Utopia not to be accomplished but by the end of the XIX century. Articulating examples through the disjunctive D. Quixote – Sancho Panza, or through Gramsci's concepts Great Politics – Low Politics, the author's arguments bring us to a better understanding of the Brazilian conjunctural politics as a reflex of a worldwide wave of absolute pragmatism that denies the possibility of attributing any kind of meaning or finality to it, but those related to the maintenance of power in itself.

Key Words:

Vargas – Ethics – Machiavelli – Pragmatism – Power – Utopia